

MARCO REGULATÓRIO E DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO SUSTENTÁVEL: TENSÕES ENTRE REGULAÇÃO E AUTONOMIA NO ENSINO SUPERIOR

Os responsáveis pelas políticas públicas de educação superior têm como preocupação que as instituições educacionais aumentem a eficiência e a eficácia com que desenvolvem suas operações. A legislação incide sobre a gestão universitária e, conseqüentemente, os marcos regulatórios —particularmente aqueles relacionados com a política de financiamento e a qualidade— têm como objetivo evitar riscos no funcionamento dos sistemas de educação superior.

Nesse cenário, as desigualdades sociais constituem uma preocupação central das políticas públicas educacionais, o que explica por que o financiamento da educação superior é um tema recorrente tanto na agenda acadêmica quanto na agenda pública. Essa situação está relacionada com a presença de sistemas de educação superior massivos, com forte participação do setor privado. Essa realidade é observada com especial intensidade na América Latina e no Caribe, onde a expansão recente da educação superior tem gerado novos desafios em financiamento, regulação e qualidade. As formas de financiamento evoluíram de sistemas predominantemente públicos para sistemas mistos, em um contexto de tendências globais e reformas nacionais, no qual aumenta a relevância econômica da docência e da pesquisa universitária.

Essas políticas de financiamento buscam melhorar a eficiência, a qualidade e a equidade da educação superior por meio de mecanismos que promovem, através de incentivos econômicos, o alinhamento de objetivos entre governos e universidades. Nessas condições, a garantia da qualidade tornou-se um instrumento regulatório cada vez mais influente nos sistemas de educação superior, uma vez que os governos procuram gerar condições para que as instituições promovam a excelência na gestão e a melhoria contínua, assumam responsabilidade pela qualidade de sua oferta educacional, atuem com transparência no uso dos recursos públicos e contribuam para o desenvolvimento econômico e social dos países.

Como resultado, surgem os processos de acreditação fundamentados na prestação de contas das instituições de educação superior. O desenvolvimento de normas e diretrizes para assegurá-la permite que países e instituições educacionais disponham de um marco comum e transparente para gerenciá-la. Dessa forma, a acreditação busca garantir que as instituições respondam às mudanças e transformações dos sistemas de educação superior, informem sobre o cumprimento de seus projetos institucionais e revisem suas

formas de relação com a sociedade, com a finalidade de se tornarem organizações mais flexíveis.

Mas como o marco regulatório se relaciona com a crescente importância que as entidades reguladoras atribuem ao desenvolvimento universitário sustentável? As universidades devem ser eficientes no uso dos recursos, mas também responder a problemas sociais persistentes como a pobreza, a desigualdade e a inequidade. A isso se somam desafios globais como as mudanças climáticas, a degradação ambiental e o aquecimento global, bem como transformações tecnológicas associadas ao avanço da inteligência artificial e a novas formas de produção do conhecimento.

Esse cenário se reflete na Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU), adotada em 2015, que estabelece dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) orientados a transformar as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais para garantir um futuro sustentável. Nesse contexto, as universidades adquirem um papel estratégico como instituições geradoras de conhecimento e inovação, contribuindo para o cumprimento dos ODS.

Entretanto, para enfrentar esse desafio as universidades devem administrar a tensão entre regulação e autonomia universitária, enfrentando os desafios do desenvolvimento sustentável de maneira dinâmica e abrangente. Essa tensão é particularmente visível nos sistemas de educação superior da América Latina, onde as instituições precisam responder a marcos regulatórios cada vez mais complexos sem perder sua autonomia acadêmica e científica.

Por essa razão, o desafio para as universidades não consiste apenas em cumprir marcos regulatórios cada vez mais complexos, mas também em assegurar que esses marcos fortaleçam sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento dos países, para a redução das desigualdades e para o bem-estar geral dos cidadãos. Nessa perspectiva, o debate contemporâneo deve orientar-se para alcançar um equilíbrio entre regulação estatal, autonomia institucional e sustentabilidade financeira, condição indispensável para que as universidades continuem desempenhando seu papel na geração de conhecimento e na construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

LUIS ARAYA-CASTILLO

Universidad Adolfo Ibáñez, Chile

FRANCISCA ORTEGA

Universidad Miguel de Cervantes, Chile